

Uma ideologia construída: representações femininas na revista *Ilustração Pelotense* no início do século XX

A built ideology: female representations in the magazine *Ilustração Pelotense* in the beginning of the 20 th century

Una ideología construida: representaciones femeninas en la revista *Ilustración Pelotense* a principios del siglo XX

Recebido: 17/07/2022 | Revisado: 24/07/2022 | Aceito: 26/07/2022 | Publicado: 04/08/2022

Ágata Hax Miranda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9464-6763>
Instituto Federal Sul-rio-grandense, Brasil
E-mail: agata.hax@gmail.com

Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4949-0023>
Instituto Federal Sul-rio-grandense, Brasil
E-mail: mroostas@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa perceber a mulher, enquanto um sujeito histórico e social, que se constitui a partir da ideologia e da cultura impostas por uma sociedade classista. O objetivo principal é analisar a ideologia disseminada na Revista *Ilustração Pelotense*, no início do século XX, sob a ótica nas informações destinadas ao público feminino, através da imprensa. O tema emergente foi o trabalho doméstico, o qual discutimos em três tópicos. No primeiro, abordamos a naturalização do trabalho doméstico à mulher na sociedade capitalista, através da imprensa, assim, a percebemos sendo educada, desde a infância, para cumprir com rigor seu papel de esposa, mãe e doméstica. Ainda, percebemos a discriminação de classes, uma vez que os enunciados apontavam à subjugação do trabalho doméstico das mulheres da elite às das classes subalternas, bem como a depreciação desses corpos. Na sequência, discorremos sobre a educação feminina voltada à submissão e à subserviência como um ato de amor. No último tópico, discutimos sobre a discriminação racial, através da percepção do apagamento da mulher negra na revista, assim, compreendemos que, mesmo após alforriada, ela se manteve excluída, ocupando os lugares sociais e profissionais de menor prestígio. Ao final da análise, observamos a imprensa pelotense à época agindo por meio dos marcadores de discriminação de sexo, raça e classe na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Imprensa; Representação feminina; Século XX.

Abstract

The present article aims at understanding the woman, as a social and historical subject, which is formed from the ideology and culture imposed by a class-based society. The main purpose is to analyze the ideology disseminated in the magazine *Ilustração Pelotense*, in the beginning of the 20th century, under the perspective of information targeted at the female public, through the press. The emerging theme was the domestic work, which we discussed in three topics. First, we approached the naturalization of housework for women in the capitalist society, through the press. Therefore, we see the woman as being brought up, since childhood, to strictly play her role as wife, mother and maid. Also, we noticed class discrimination, as the wordings pointed out to a subjugation of the housework done by women from the rich women to the subordinate classes, as well as the depreciation of these bodies. After that, we discussed about the female education directed at submission and subservience as a love act. In the last topic we focused on the racial discrimination, through the perception of the deletion of the black woman in the magazine. Thus, we understand that, even after being freed, she was kept excluded, taking the less prestigious social and professional places. At the end of the analysis, we observed the press from Pelotas, at the time, acting through the labels of sex, race and class discrimination in the capitalist society.

Keywords: Press; Female representation; 20th Century.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender a la mujer, como sujeto histórico y social, que se constituye a partir de la ideología y la cultura impuestas por una sociedad clasista. El objetivo principal es analizar la ideología difundida en la Revista *Ilustración Pelotense*, a principios del siglo XX, en la perspectiva de la información dirigida al público femenino, a través de la prensa. El tema emergente fue el trabajo doméstico, que discutimos en tres temas. En el

primero, abordamos la naturalización del trabajo doméstico de la mujer en la sociedad capitalista, a través de la prensa, así, la percibimos siendo educada, desde la infancia, para cumplir estrictamente su rol de esposa, madre y doméstica. Aún así, percibimos discriminación de clase, ya que las declaraciones apuntaron al sometimiento del trabajo doméstico de las mujeres de elite a las de las clases subalternas, así como la depreciación de estos cuerpos. A continuación, discutimos la educación femenina encaminada a la sumisión y el servilismo como acto de amor. En el último tema discutimos la discriminación racial, a través de la percepción del borrado de la mujer negra en la revista, así, entendemos que, aún después de la manumisión, ella quedó excluida, ocupando lugares sociales y profesionales de menor prestigio. Al final del análisis, observamos a la prensa de Pelotas de la época actuando a través de marcadores de discriminación de género, raza y clase en la sociedad capitalista.

Palabras clave: Prensa; Representación femenina; siglo 20.

1. Introdução

Este artigo tem como eixo central perceber a mulher, na qualidade de um sujeito histórico e social, que se constitui a partir da ideologia e da cultura impostas por uma sociedade de classes, em uma perspectiva histórico-crítica. Para tanto, partimos do princípio de que a nossa sociedade, enquanto historicamente marcada pelas forças dominantes do capitalismo, sob um regime patriarcal, há séculos mantém a mulher em um estado de submissão, de subserviência e de opressão nas diversas formas: sexo, raça e classe.

Nesse viés, cabe destacar que a educação feminina, formal e informal, ao longo da história, foi ideologicamente voltada a instruir as mulheres ao cumprimento de seu papel como mãe, esposa e doméstica. De modo que essa subalternidade das mulheres aos homens

[c]omeça com o nascimento, aonde aos poucos vamos deixando de ser um ser humano sem gênero, identidade de gênero ou sexo e vamos sendo classificadas enquanto homens e mulheres, depois vem a separação das brincadeiras e comportamentos que (são de meninas e de meninos), e assim, os conceitos e ideais vão sendo internalizados (Souza et al., 2021, p. 7).

Houve alguns avanços com o passar dos tempos, haja vista as lutas dos movimentos feministas, mas permanecemos na condição de exploradas e subjugadas até os dias atuais. Ao passo que a naturalização do trabalho doméstico à mulher, como bem elucida Federici (2019), é um dos armamentos mais fortes do capitalismo, uma vez que a mulher, mesmo inserida no mercado de trabalho, nunca conseguiu se desvencilhar desse trabalho invisibilizado. Ademais, ela permanece sendo tratada como um ser inferior, quando comparada ao homem, de modo que a situação é agravada se, além de mulher, também for negra e pertencente às classes subalternas.

Destarte, o objetivo principal deste estudo é analisar a ideologia disseminada na Revista Ilustração Pelotense, no início do século XX, a fim de compreender como se configuravam as informações destinadas ao público feminino, por meio da imprensa, no município de Pelotas/RS. Nessa vertente, a partir da categoria principal emergente, quer seja, o trabalho doméstico, as discussões foram apresentadas em três tópicos. No primeiro, abordamos a naturalização do trabalho doméstico à mulher na sociedade capitalista, através da imprensa. Após, discorremos sobre a educação feminina voltada à submissão e à subserviência como um ato de amor. Por fim, discutimos sobre a discriminação racial, através da percepção do apagamento da mulher negra na revista. As discussões foram fundamentadas em uma abordagem histórico crítica, tendo como aporte teórico a crítica feminista-materialista, visando à compreensão da posição da mulher na sociedade em que está inserida, considerando as relações de sexo, raça e classe. Haja vista que resgatar a história das mulheres e as diversas formas de domínio que atuam de forma naturalizada sobre elas é um importante passo à promoção da tomada da consciência feminina, para que, no futuro, tenhamos uma sociedade menos desigual.

2. Metodologia

Com relação aos procedimentos metodológicos que nortearam a realização desta pesquisa, a descrevemos como de cunho documental, primando pela coleta de documentos primários, que de acordo com Gil (2002) correspondem a materiais que ainda não passaram por tratamento analítico. “A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens [...] há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados [que] subsistem ao longo do tempo [...]” (Gil, 2002, p. 46).

Nesse sentido, a abordagem adotada é a qualitativa, por compreender que esse método “[...] corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses [...]” (Bardin, 2011, p. 145). Além disso “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...]” (Silveira & Córdova, 2009, p. 31). Bem como, classificamos esta pesquisa, quanto às categorias, como exploratória por “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses [...]”, como descritiva, por pretender “[...] descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade [...]” (Silveira & Córdova, 2009, p. 35).

Os recortes selecionados nos periódicos, conforme critérios pré-estabelecidos, foram analisados pela análise semiótica, segundo os estudos de Gemma Penn (2011), na intenção de

[...] desmistificar, ou “desmascarar” esse processo de naturalização, chamando a atenção para a natureza construída da imagem, por exemplo, identificando os conhecimentos culturais que estão implicitamente referidos pela imagem ou contrastando os signos escolhidos com outros elementos de seus conjuntos paradigmáticos (Penn, 2011, p. 325).

Nosso objeto de análise, que carrega consigo as marcas históricas da cidade de Pelotas, enquanto um recorte de nosso país, do ponto de vista material e histórico, se configura como um campo rico a ser estudado, dado que se trata de um local dominado por imigrantes, sobretudo portugueses, que se desenvolveu por meio de uma extensa força de trabalho escravocrata e, sob a ótica na mulher, teve o patriarcado como estrutura normativa de família. Nesse viés, os sujeitos delimitados à pesquisa são as mulheres da cidade de Pelotas, no início do século XX, representadas na Revista Ilustração Pelotense, delimitada aos Anos I, II e III, publicados no período de 1919 a 1921.

Nesse contexto, considerando os objetivos estabelecidos, bem como a necessidade de produção do conhecimento crítico que possibilite a transformação da realidade, não só no plano do conhecimento, mas também no plano histórico-social, fez-se imprescindível, nesta pesquisa, a adoção para fins de análise dos pressupostos da epistemologia a partir do materialismo histórico-dialético, criado por Karl Marx e Friedrich Engels que, como enfoque metodológico, de acordo com Gomide e Jacomeli (2016)

[...] busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto de que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência imediata das coisas e atingir a sua essência (Gomide & Jacomeli, 2016, p. 69).

Destarte, com vistas a essa essência, a fundamentação marxista no estudo da história das mulheres, se justifica a partir da constituição feminina na qualidade de sujeitos históricos que “[...] fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram [...]” (Marx, 2011, p. 25).

Assim, por acreditar que a ideologia disseminada pelas forças dominantes, sobretudo, quanto à idealização do papel da mulher na sociedade, esteve presente dentro e fora da escola, partimos da ideia de que a revista atuou como um meio de Educação informal às mulheres da sociedade pelotense, de acordo com os princípios e valores de quem a conduzia e tendo por base os preceitos sociais e culturais daquele período.

Isto posto, a partir da análise da representação da mulher nos fascículos da Revista, amparada pela teoria histórico-crítica sobre a temática, assim como nos achados das pesquisas já realizadas na área, através do Estado do conhecimento¹, nos possibilitaram verificar como se deu a construção ideológica às mulheres da sociedade pelotense no início da década de 1920. Logo, foi possível analisar com densidade o objeto ora investigado, visando à reflexão teórica e realista em função da ação para transformar.

3. Resultados e Discussão

Em um primeiro olhar às imagens selecionadas, percebemos a imprensa atuando como um aparelho ideológico, convergindo à disseminação do papel da mulher voltado à submissão e à subserviência na sociedade capitalista e patriarcal. Desse modo, constatamos a educação sexista, através da percepção do trabalho doméstico sempre atrelado à figura feminina, nunca à masculina. Assim como, observamos os privilégios de classe e a inferiorização das mulheres das classes inferiores. Outrossim, vislumbramos em seus fascículos a representação feminina fortemente demarcada pelo padrão de mulher europeia: branca, magra, alta e com traços afilados. Esse fato nos levou à observação da discriminação racial, a partir do apagamento e da depreciação do corpo negro na imprensa feminina à época. A partir da análise semiótica foi possível reunir as imagens em grupos, que acabaram por se configurar em categorias que emergiram para análise, os quais passamos a discutir a seguir.

3.1 A naturalização do trabalho doméstico à mulher na sociedade capitalista: um processo idealizado

O trabalho doméstico, representado em todas as imagens, atrelado à figura feminina e nunca à masculina, reforça o direcionamento dessa atividade como um atributo “natural” das mulheres. Esse enunciado, posto de forma subliminar, desperta, nessa análise, para a necessidade de compreender como se deu, ao longo da história, essa naturalização ao papel doméstico das mulheres na sociedade capitalista.

Federici (2021) aponta o trabalho doméstico como uma estrutura recente, que teve início entre o final do século XIX e início do século XX, quando a classe capitalista da Inglaterra e dos Estados Unidos, motivados pela agitação da classe trabalhadora e pela carência de mão de obra mais lucrativa, “[...] começou uma reforma social que transformou não apenas a fábrica, mas a comunidade, o lar e, antes de tudo, a posição social das mulheres” (Federici, 2021, p. 157). A essa reforma, a autora infere o surgimento da dona de casa, que afastou as mulheres, sobretudo as mães, das fábricas para assumir o trabalho doméstico em tempo integral.

Nesse sentido, houve maior valorização financeira da mão de obra masculina, a fim de viabilizar o sustento da mulher, dona de casa. Com isso, “[o]s trabalhadores do sexo masculino também exigiram a exclusão das mulheres das fábricas e de outros espaços de trabalho assalariado, com o argumento de que o lugar delas era em casa” (Federici, 2021, p. 158).

Destarte, Federici (2021) esclarece que, considerando a segunda Revolução Industrial, a partir do ano de 1840, o capitalismo exigiu nas fábricas uma mão de obra mais robusta, mais saudável e produtiva, cuja exploração pudesse ser intensificada. Nesse enlace, o papel da mulher na sociedade ganhou novos padrões, atribuindo a ela o dever de cumprir o papel de esposa e mãe dedicada, fornecendo todo suporte necessário para que o marido desempenhe seu trabalho com a máxima

¹ Crescêncio, C. L.; de Mello, S. C. (2013). O trabalho dignifica o homem, mas e a mulher? O riso na imprensa feminista do Cone Sul.
Kroetz, I. D. (2015). Literatura e história: perspectivas de interpretação de narrativas e ensaios do jornal das senhoras.
Silva, M. S. e. (2017). O retrato de uma subjetividade feminina em *The Portrait of a Lady*, de Henry James.

devoção. Do mesmo modo, sob a ótica da classe dominante, a presença das mulheres no ambiente doméstico também contribuiria para a renovação da mão de obra, uma vez que os capitalistas percebiam nas moças trabalhadoras das fábricas, não somente o distanciamento das habilidades domésticas, mas também do sentimento maternal. Assim,

[...] o investimento na reprodução da classe trabalhadora corresponderia a uma produtividade elevada, com a dona de casa encarregada de garantir que o salário fosse bem gasto, que o trabalhador estivesse bem cuidado para ser consumido por outro dia de trabalho e que as crianças fossem bem preparadas para seu futuro destino de trabalhadores e trabalhadoras (Federici, 2021, p. 166).

Cabe enfatizar que as mudanças no âmbito laboral das mulheres estão relacionadas às oriundas das famílias da classe trabalhadora, pois, as da classe burguesa, ainda que tenham sofrido com a reclusão no ambiente do lar, se mantiveram na condição de supervisora do trabalho doméstico das classes subalternas. Federici (2017) endossa esse enunciado ao afirmar que “[...] dentro da família burguesa, a mulher perdeu muito de seu poder, sendo geralmente excluída dos negócios familiares e confinada a supervisionar os cuidados domésticos” (Federici, 2017, pp. 193-194).

Embora a autora se refira ao cenário da Inglaterra e dos Estados Unidos, no Brasil não foi diferente. Segundo Saffioti (2013), os dados históricos revelam que

[...] a plena constituição da formação econômico-social capitalista do Brasil expeliu força de trabalho feminina [e que] em 1920, ficaria reduzida em 15,3% a participação da mulher na força de trabalho economicamente ativa da nação, isto é, excluindo-se as pessoas que viviam de suas rendas, as de profissões não declaradas e as sem profissão (Saffioti, 2013, pp. 335-337).

A autora confirma, o já apontado por Federici (2017), que o padrão doméstico da mulher emergiu, ganhou força e se intensificou, nos anos seguintes da década de 1920, tendo, assim, os seus espaços delimitados às funções do lar. Esse confinamento feminino converge à elucidação de Cisne (2014, pp. 251-252) ao afirmar que “[...] a divisão sexual do trabalho articulada à ideologia de uma suposta natureza feminina, complexifica as dificuldades para as mulheres romperem com essas amarras da alienação”. Logo, coube à mulher a responsabilidade do “[...] trabalho reprodutivo não remunerado [que] garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza. (Cisne, 2014, p. 85).

Contudo, esse trabalho reprodutivo não está alicerçado somente no aumento do exército de trabalhadores, mas do cuidado com o seu fortalecimento. Nesse propósito, a mulher foi introduzida no espaço doméstico para garantir as futuras gerações dessa mão de obra robusta e saudável. Isso denota o trabalho doméstico não remunerado e naturalizado à figura feminina, enquanto trabalho alienado que coisifica o ser social, de modo que ele “[...] não se reconhece no resultado do que produz, estranha-o. Assim, o ser social se distancia da natureza, fetichizando-a [...]” (Cisne, 2014, p. 42). Nesse viés, essa alienação foi idealizada pela classe dominante à configuração do papel da mulher para a realização do trabalho doméstico e reprodutivo não remunerados como um ato de amor e prazer.

Essa idealização, a serviço do capital, foi percebida nas páginas da revista *Ilustração Pelotense*, na intenção de “educar”, à luz da submissão, suas leitoras. Nesse campo, vislumbramos no *corpus* desta pesquisa, a representação feminina em propagandas de utilitários domésticos, cujo enfoque dado à figura da mulher, através de um semblante feliz ao realizar as tarefas domésticas, é a de configurar o trabalho doméstico não remunerado como um atributo natural da mulher. Vale pontuar o uso do avental como peça chave na vestimenta dessas mulheres, que segundo Priore (2004, s.p.), no início do século XX, foi adotado como vestimenta necessária, enquanto símbolo de limpeza e eficiência. Outro fator importante, desenhado de forma subliminar, é o de que em nenhum momento é apresentado um homem realizando alguma tarefa doméstica nos enunciados apresentados.

Nessa vertente, apontamos a fotografia representada pela Figura 1, a seguir, como a materialidade da história da educação feminina, não somente do município de Pelotas, mas como a representação histórica do Brasil, na qual se tem posto a preparação da mulher, desde a infância, voltada para o casamento, atentando, sobretudo, para o cuidado do lar e da família.

Figura 1 - Educação feminina, preparação para o casamento.



Fonte: Revista Ilustração Pelotense (Ano III, n. 24, s.p.). Acervo do CEIHE².

Nesse sentido, concordamos com Cisne (2014, p. 84) quando afirma que, embora não seja o único, “[a] família é um lugar por excelência de exploração da mulher [...]” Essas construções ideológicas que moldaram o papel da mulher na sociedade, justificam a divisão sexual do trabalho que “[...] não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres” (Federici, 2017, p. 146).

Logo, ao mensurar o casamento como uma ferramenta de apoio à manutenção do capitalismo e do patriarcado, Almeida (2007) assevera que o casamento durante o século 19, apoiado nas bases econômicas da época, tinha a mulher como objeto de troca, enquanto no século XX “[...] havia incorporado a id[e]ia da união amorosa entre duas pessoas, porém a pobreza continuava sendo um empecilho[...]. [Assim,] para as mulheres das classes médias e dominantes, casarem-se era a forma de ascender socialmente[...]” (p. 119). Ao passo que as moças que encontravam dificuldades em contrair o matrimônio, precisavam sobreviver por meio de uma profissão considerada digna pela sociedade e dentro dos preceitos do papel feminino, a fim de “[...] não ser um peso para a sociedade ou ter de viver da caridade alheia[...]” (Almeida, 2007, p. 119). Nesse cenário, percebemos a sociedade de classes intervindo diretamente no destino das mulheres, mantendo as das classes subalternas em situação de vulnerabilidade social.

Essa conjuntura é reafirmada quando observamos a inferiorização da mulher das classes subalternas materializada nos enunciados analisados. Em uma das imagens, referente à propaganda de um utilitário doméstico, que traz a figura de uma mulher fazendo uso de um aspirador de pó, cujo enunciado afirma “Com os nossos varredores [elétricos] as donas de casa podem dispensar os criados para a limpeza”, parece subjugar o trabalho doméstico pesado às empregadas domésticas, demonstrando os privilégios das mulheres pertencentes às classes altas. Ao passo que, como bem afirma Albornoz (1987, p. 88), quanto ao trabalho doméstico remunerado, “[a] empregada doméstica o faz por salário na casa de outrem; mas não está livre de continuá-lo em sua própria casa, na volta do emprego”, configurando, no mínimo, a dupla jornada dessas trabalhadoras. Outrossim, em outra propaganda similar a anterior, o enunciado ao assegurar que “[a]s criadas até tem elegância [...]” e “[...]”

² Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, vinculado à Universidade Federal de Pelotas.

andam mais limpas [...]” ao fazerem uso do eletrodoméstico anunciado induz à concepção de que as trabalhadoras domésticas não são limpas, nem elegantes, evidenciando a tentativa de menosprezar a trabalhadora doméstica.

Ainda, nesse universo, através dos enunciados analisados, percebemos a intenção velada em mascarar a desigualdade de classes. Na propaganda de um ferro elétrico abstrai-se a mensagem de que esse eletrodoméstico “[...] deve existir em todas as casas sem [exceção], pobres e ricas”. Ocorre que nessa época a energia elétrica residencial ainda era um campo recente³ e o ferro de passar roupas exige, no mínimo, uma casa com energia elétrica e fiação adequada para suportar sua potência. Além disso, requer uma situação econômica que possibilite arcar com o custo tarifário da energia elétrica despendida para seu uso. Todos esses dados nos levaram a compreender que o uso do ferro elétrico não está acessível a todas as classes econômicas, como intenta demonstrar a propaganda.

Desse modo, verificamos a classe dominante agindo por meio da imprensa, na intenção de manter a mulher circunscrita no ambiente doméstico, submersa às forças do patriarcado, contudo, observamos que o nível de exploração está diretamente relacionado à sua classe econômica, àquela na qual ela se encontra, mas, sobretudo, nos direciona a compreender que a força do capitalismo

[c]om a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem (Marx & Engels, 2007, p. 36).

Todavia, de acordo com Almeida (2007, p. 119), essa normatização de família, desenvolvida com base nos “[...] costumes herdados dos portugueses de manter a mulher no espaço doméstico e no cuidado com as crianças [...]” ganhou força e se consolidou. Isto posto, encontramos esse mesmo perfil familiar nas imagens analisadas da Revista. Nessa perspectiva, considerando a idealização do papel da mulher desvelado na imprensa, Silva (2017) corrobora ao afirmar em sua tese que a personagem feminina construída por um homem não retrata a mulher da vida real, mas sim a idealizada por ele. Desse modo, compartilhamos dessa assertiva, uma vez que a revista *Ilustração Pelotense* sempre esteve sob o comando de uma figura masculina. Assim, a representação da mulher, nos fascículos da Revista, coaduna com a explanação da autora, ao afirmar que

[a] personagem feminina está eternamente aprisionada, não tem vontade própria, e sua voz não lhe pertence; é guiada e moldada de acordo com o desejo daquele que a criou, assim obedecendo à sua vontade. A ideologia por trás dessa construção imaginária pode equivaler àquela que domina o social e histórico, ou seja, o pensamento patriarcal é o que predomina em uma imagem ideal de mulher, e esta alegoria é frequentemente levada à escrita (Silva, 2017, p. 52).

Nossos achados endossam o pensamento de Silva (2017), pois vislumbramos o direcionamento de quem as conduzia com intuito de promover a ideologia dominante. Nesse viés, as propagandas de eletrodomésticos faziam uso não somente da figura feminina sempre ligada a utilização desses utilitários, mas também de signos verbais que complementavam e reforçavam o lugar da mulher na sociedade patriarcal. Destacamos dois trechos de propagandas de aspirador de pó, que mencionam a importância de tê-lo em casa. São fragmentos direcionados a “[m]ilhões de mulheres”, que tem o intuito de promover a naturalização do trabalho doméstico à mulher; bem como, advogam a máxima de que “[é] até um prazer varrer-se a casa assim”. Buscam, dessa forma, definir os afazeres domésticos não como trabalho, mas como um “ato de amor”.

³ Segundo Hansen (2012, p.59), “[...] somente no finalzinho do século XIX, na fase da segunda industrialização, que os fundamentos da indústria elétrica se consolidaram nos domínios técnicos (concepção dos materiais, lâmpadas, máquinas; correntes, tensões; formas de produzir, transmitir e distribuir) [...]”.

Entretanto, essa é a idealização de mulher assentada na estrutura de nossa sociedade capitalista. Esse enunciado de submissão é também das mulheres que, segundo Saffioti (2004), reproduzem, mesmo que em níveis diferentes, os encargos do patriarca, educando os filhos, conforme as regras do pai. Em outras palavras, “[a]inda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo” (Saffioti, 2004, p. 102).

Kroetz (2015), em seus achados de pesquisa, cujo *corpus* é oriundo da revista denominada jornal das senhoras, sob o comando de mulheres, destaca que o principal objetivo da publicação era o de promover a emancipação moral e intelectual das mulheres. Entretanto, era unânime a preocupação das redatoras pela formação da boa mãe, da esposa e da doméstica, atrelada à educação moral e civilizadora da mulher na sociedade.

Por fim, é preciso considerar que a educação feminina, dentro e fora da escola, sempre esteve imbuída da ideologia da classe dominante, na qual o capitalismo encontrou apoio no patriarcado para sua manutenção. Desse modo, a instrução voltada às meninas sempre buscou prepará-las para cumprir o papel de donas de casa, cujos preceitos giravam no ideário de que o “[...] casamento sempre foi o destino natural para as mulheres e a solteirice [...] era mal vista [...]. Não se casar e, por isso, não conseguir realizar-se como mãe era motivo de infelicidade para a jovem e para sua família” (Almeida, 1998, p. 178).

Sendo assim, as imagens exploradas, por meio da análise semiótica, nos possibilitaram ir além das aparências, como sugere Saffioti (2013). Por conseguinte, corroboramos à afirmação da autora quando ressalta que a exploração do trabalho é a peça chave da manutenção do capitalismo. Logo, apontamos o trabalho doméstico não remunerado como elemento central dessa exploração, haja vista sua invisibilidade enquanto trabalho, o que facilita sua perpetuação na sociedade, passando de geração a geração. Isto posto, subscrevemos a afirmação de Federici (2013) que destaca o trabalho doméstico como um dos armamentos mais robustos do capitalismo.

Contudo, o *corpus* desse estudo aponta, ainda, para além da exploração da mulher no que tange ao trabalho doméstico, a sua submissão e a subserviência aos ditos da classe dominante, sob pena de ser rejeitada. Portanto, atentando à necessidade de promover o despertar da consciência às diversas formas de exploração e opressão impostas às mulheres, passaremos a discutir as artimanhas utilizadas pela imprensa direcionada ao público feminino com propósito de mantê-la submissa e subserviente na sociedade capitalista e patriarcal.

3.2 Educação informal na imprensa feminina do século XX: submissão e subserviência como um ato de amor

Ao recorrermos ao materialismo histórico e dialético para promover discussões que abarcam a educação feminina no século XX, foi possível observar nos fascículos da Revista Ilustração Pelotense, enquanto um material histórico que carrega consigo as marcas de um povo, o intuito de reforçar as premissas de uma sociedade sexista, racista e classista. Assim, percebemos nas minúcias de suas páginas o propósito em direcionar suas leitoras à manutenção da condição de submissa e subserviente na sociedade, sobretudo às das classes subalternas.

Partimos do princípio de que é conveniente à sociedade capitalista manter a inferiorização social da mulher em relação ao homem em prol de sua manutenção no poder. Entretanto, é preciso atentar que essa inferiorização, exploração e objetificação do corpo feminino vêm de longa data. No Brasil-colônia, século XVI, segundo Ribeiro (2000, p. 81), a vinda dos portugueses, que muitas vezes “[...] imigrava sozinho para o Brasil [...] em busca de lucro fácil”, incitou a hegemonia masculina na formação do país.

O fato de haver poucas mulheres portuguesas, ensejou a criação do “[...] mito da mulher branca. Sua representação social aumentou o preconceito em relação às mulheres de outras etnias – negras e indígenas [...]” Ribeiro (2000, p. 82). Assim, a autora enfatiza que, considerando o envolvimento sexual dos portugueses com as demais etnias, houve o aumento da população de mestiços na formação do Brasil. Logo, nesse período, houve a necessidade, advinda de quem dominava o país, de manter o padrão branco/europeu. Nesses moldes, “[...] os jesuítas e a metrópole preocuparam-se em importar para o Brasil

levas de mulheres brancas [...]. Não tinha importância se fossem na metrópole órfãs, ladras, prostitutas, alcoólatras, meramente incapacitadas [...]" Ribeiro (2000, p. 82). Verificamos, desse modo, o corpo da mulher, sobretudo da europeia, objetificado à mera reprodutora.

Outrossim, a mulher era colocada no mesmo patamar intelectual das crianças e dos doentes mentais (Ribeiro, 2000), desse modo, a instrução lhe era negada, sendo permitida somente aos do sexo masculino. Embora, segundo Lerner (2019, s.p.), ao longo da história, tenha ocorrido "[...] grandes brechas para as mulheres da elite, cujo acesso à educação era um dos principais aspectos de seu privilégio de classe", contudo, como expõe a autora, a hegemonia masculina foi deliberativa e amplamente extensiva, logo, mesmo as dotadas de criatividade e refinada educação pouco deixaram suas marcas na historiografia.

Nesses moldes, sob domínio da família patriarcal, o corpo feminino foi educado à resignação, a prestar obediência ao homem e aceitar todo "[...] sofrimento enquanto *destino de mulher*" (Saffioti, 2001, p. 35). Nessa vertente, "[...] a mulher branca da época colonial deveria ser passiva, calada, regrada, submissa [...]. [Mas] [q]uando o domínio dos portugueses era ameaçado, elas assumiam cargos tidos como masculinos, ocupando outros espaços" Ribeiro (2000, pp. 82-83). Por esse ângulo, fica explícito a construção do papel feminino voltado a suprir as necessidades da ideologia dominante, consoante às demandas de cada período histórico.

Contudo, a crença da inferioridade feminina se perpetuou mesmo com o passar dos tempos, ao passo que, no século XIX, a educação permitida à mulher permanecia voltada à preparação para o casamento. Nesse universo, Saffioti (2001) assevera que esse processo de construção social da inferioridade feminina converge à construção social da superioridade masculina, pois

[d]a mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contrapartida de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior (Saffioti, 2001, p. 29).

Essa intenção de configurar a mulher como um indivíduo frágil, dócil, enquanto oposto aos aspectos do homem, é demonstrada em nosso material de análise. Ao revisitar os fascículos da Revista, observamos o modo como os redatores se reportavam às mulheres da elite pelotense, quer seja, sempre como a "senhorinha", "graciosa", ao passo que os homens eram sempre apresentados como o "senhor", seguido de sua ocupação profissional. Nesse ínterim, torna evidente a reprodução da superioridade masculina à feminina por meio da imprensa na história de nossa sociedade.

A cidade de Pelotas, enquanto um recorte de nosso país, se enquadra nessa ciranda de contraposições e interesses, pois a mulher foi sendo moldada à resignação, destinada a assumir no casamento o posto da mãe cuidadosa, da esposa dedicada para o lar, a qual deve primar pela moral e os bons costumes. Examinamos essa construção na historiografia do município, quando Magalhães (2005) nos informa que, nessa época, as mulheres pelotenses eram consideradas encantadoras, com refinada educação e espiritualidade. Mas que, mesmo decantadas e cortejadas, viviam enclausuradas nos sobrados a fazer rendas e doces, quando saíam, tinham como destino as igrejas, os teatros e os saraus familiares. Essa mesma constatação é apurada por Almeida (1998) à mulher brasileira ao enfatizar que

[a] ingenuidade e a fragilidade eram atributos desejáveis e admirados e, juntamente com a pureza, eram parcerias indispensáveis para a moça de família, que um dia seria esposa e mãe. Para manter a jovem intocada da maledicência e impedir arranhões que maculassem sua dignidade, raramente lhes era permitido sair sozinhas, mesmo para ir a lugares respeitáveis (Almeida, 1998, pp. 172-173).

Nesse enlace, cabe destacar que a igreja, no século XIX, enquanto um dos poucos lugares permitido a elas frequentarem, se configurou como um dos grandes armamentos de disseminação da ideologia dominante à construção da mulher submissa. Ao passo que, Almeida (1998) ratifica ao informar que “[a] submissão pela doutrinação religiosa era representada principalmente pela igreja que instalou o mito da mulher-mãe-redentora, isenta de qualquer pecado, porque a ela caberia a reprodução da raça [...]” (Almeida, 1998, p. 109).

Início do século XX, a ideologia disseminada pela igreja católica teve como aliada a ideologia positivista. A educação positiva buscou elevar a moral da mulher enquanto “[...] um anjo de bondade, redentora da família e da pátria. [Assim, a] mulher deveria se cultivar para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não deveria concorrer com ele profissionalmente e intelectualmente [...]” (Almeida, 1998, p. 109).

Tamanha era a força dessa ideologia que até mesmo as mulheres que lutavam pela emancipação feminina reproduziam esse discurso sexista. Kroetz (2015) corrobora ao afirmar, a partir dos achados de sua pesquisa, que a liberdade idealizada pelas autoras feministas da Revista *Jornal das Senhoras*, significava preparar a mulher para suportar as humilhações sofridas no casamento e reforçavam que competia a elas o cuidado do lar e da família, a fim de educar os filhos em busca do progresso da humanidade. Ou seja, até mesmo as mulheres intelectuais primavam por uma educação feminina voltada à manutenção da submissão e da subserviência em prol de uma causa maior, a busca por uma sociedade melhor.

Desse modo, não somente o pai, mas também a mãe

[...] contribuem para a perpetuação do poder masculino e adulto. [...] Os homens temem ser considerados menos *machos* se forem flexíveis, pacíficos e generosos. As mulheres temem ser tomadas como pouco femininas, incapazes de conservar o “amor” do companheiro[...]. Os estereótipos têm, realmente a força do molde. Quem não entrar na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas “normais” (Saffioti, 2001, p. 39).

Logo, como bem afirma Saffioti (2001), o conceito de “normal” é um construto social da praxe. De modo que “[...] os papéis sexuais tradicionais eram assumidos culturalmente e aceitos por homens e mulheres” (Almeida, 1998, p. 95). À vista disso, a imprensa assumiu função importante na disseminação desses papéis, a fim de educar homens e mulheres para atuarem na sociedade, conforme a ideologia dominante.

Assim, a educação destinada às mulheres de todas as classes tinha como vertente a manutenção da resignação como destino, de modo a acatar com naturalidade a subserviência como um gesto de afeto à família. Ao retomar a imagem apresentada no tópico anterior, foi possível revelar essa construção, a partir da imagem da menina servindo chá aos seus irmãos, acompanhada do enunciado “um delicioso chá, caprichosamente servido [...] pela graciosa filhinha [...]”, revelando a imposição do papel social idealizado à figura feminina, a de um ser doce, que se dedica ao trabalho doméstico por prazer. Nesse ponto, cabe destacar que

[...] a subordinação dos meninos à dominação do pai é temporária; dura até que eles mesmos se tornem responsáveis por suas casas. A subordinação das meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas só podem escapar tornando-se esposas sob a dominância/proteção de outro homem. A base do “paternalismo” é um contrato verbal de troca: sustento econômico e proteção do homem em troca de subordinação em todos os aspectos, servidão sexual e trabalho doméstico não remunerado da mulher (Lerner, 2019, s.p.).

Do mesmo modo, é verificado em um dos anúncios de chá, publicado na revista, conforme a Figura 2 a seguir, no qual temos uma família em volta à mesa, composta, aparentemente, pelo homem, mulher e filha, cujo posicionamento de ambos e postura, presumem que ele será o primeiro a ser servido, demarcando sua posição de chefe da família, a figura mais importante do lar. Ao passo que a mulher sentada à sua direita, figura como apêndice do homem, o seu “braço direito”, cujo termo pode

ser compreendido como a pessoa “[...] de confiança que trabalha arduamente para outra, auxiliando em tudo o que ela necessita”⁴. Ainda nessa imagem, cabe enfatizar a desigualdade de classes, que colocam as mulheres em patamares diferentes de exploração, ao apresentar a empregada doméstica com vestimentas mais simples e com olhar levemente inclinado para baixo, demarcando a condição de submissão e de inferioridade da empregada doméstica em relação aos patrões.

Figura 2 - Privilégios de classe na imprensa.



Fonte: Revista Ilustração Pelotense (Ano II, n. 6, p.1). Acervo do CEIHE.

Outrossim, ainda que as mulheres das classes subalternas não sejam o foco da mulher representada na Revista, uma vez que suas edições eram voltadas às “senhorinhas” da elite pelotense, cabe mensurar que essas eram duplamente exploradas, pois, quando não estavam conciliando o trabalho nas fábricas e no próprio lar, deviam submissão não somente aos homens, mas também às mulheres das classes superiores, que, muitas vezes, subjugavam o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos a elas.

Desse modo, como bem afirma Lerner (2019, s.p.), “[u]ma vez que o pensamento das mulheres foi aprisionado a uma estrutura patriarcal limitante e errônea, a transformação da consciência das mulheres sobre nós mesmas e nosso pensamento são uma pré-condição para a mudança”. Devemos ponderar que os demarcadores sociais, como classe e raça, são fatores determinantes do grau de exploração das mulheres, corroborando ao alargamento dos níveis de submissão e subserviência delas perante à sociedade.

Ainda, quando iniciamos este tópico mencionando ter observado o racismo presente na Revista, foi, sobretudo, por constatar a invisibilidade da mulher negra em seus fascículos. Esse fato nos direciona à próxima categoria emergente, a fim de dialogar com autores sobre a temática, visando à reflexão e à compreensão desse apagamento da mulher negra materializado na Imprensa feminina do início do século XX.

3.3 A discriminação racial materializada na revista Ilustração Pelotense

A cidade de Pelotas, fundada em 1812, se desenvolveu a partir da exploração do trabalho do negro escravizado. Nessa época, segundo Magalhães (2005), metade da população era negra. Considerando que no ano de 1888 foi declarado por lei⁵ a extinção da escravidão no Brasil. Considerando nosso objeto de análise, a Revista Ilustração Pelotense, cujo recorte temporal faz referência às edições publicadas nos anos de 1919 a 1921, ou seja, mais de trinta anos após o povo negro ter sido considerado “livre”. Considerando que a Revista era voltada ao público feminino da sociedade pelotense à época. Ao folhear

⁴ Definição para o termo “braço direito”, conforme definido no dicionário online de português. Recuperado em 02 dezembro, 2021. <https://www.dicio.com.br/braço-direito/>.

⁵ Lei 3.353 de 13 de maio de 1888.

as páginas dos 62 periódicos selecionados a uma primeira análise, constatamos a escassez da representatividade da mulher negra.

Diante dos fatos apresentados, podemos inferir que a Revista analisada trata de um documento histórico que evidencia, para além da discriminação de sexo e classe, também a discriminação racial, através do apagamento da raça negra nas publicações de seus fascículos. Para tanto, consideramos o conceito de raça, de modo que seu “[...] significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, [é] uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos” (Almeida, 2019, s.p.).

Assim, buscamos discutir sobre a temática, a partir de um olhar minucioso para com o material analisado, visando promover reflexões acerca dos fatores que motivaram a tentativa de invisibilizar a mulher negra na imprensa voltada ao público feminino no início do século XX, mesmo após ela estar supostamente livre para viver em sociedade.

Contudo, considerando o tema emergente desta pesquisa, quer seja o trabalho doméstico, cabe destacar que esse foi, “[...] desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras” (Carneiro, 2011, p. 128). Todavia, até mesmo nesse espaço a imprensa feminina pelotense buscou anular sua presença. Justificamos esse fato através da observação de que as propagandas de eletrodomésticos, publicadas na revista, eram destinadas à elite pelotense, logo a mulher ideal a representar esses produtos era a branca com traços europeus, sendo esse o padrão de beleza imposto pela sociedade. Outrossim, a mulher negra nunca se reconheceu nesse modelo de família patriarcal, pois enquanto

[n]a propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia (Davis, 2016, s.p.).

No início do século XX, segundo Davis (2016), na intenção de proliferar os “machos da espécie”, a ideologia dominante usou de seus artifícios para limitar a mulher branca ao papel de mãe e, a fim de reduzir o nascimento de mestiços, a disseminação de ideias racistas se intensificou, de modo que

[...] [e]ssa crescente promoção da propaganda racista era acompanhada por uma promoção igualmente acelerada de ideias que denotavam a inferioridade feminina. Se as pessoas de minorias étnicas – dentro e fora do país – eram retratadas como bárbaras e incompetentes, as mulheres – quer dizer, as mulheres brancas – eram rigorosamente representadas como figuras maternais [...] (Davis, 2016, s.p.).

Nesse sentido, partimos do princípio de que, segundo Magalhães (2005), a metade da população de Pelotas, por meados de 1800, era de origem africana. Entretanto, ainda que até a década de 1920 a população do Estado do Rio Grande do Sul tenha crescido mais de 400%, segundo dados do IBGE⁶, é plausível mensurar que o percentual da população negra em relação à população branca de nosso município tenha reduzido de forma considerável, devido à elevação de imigrantes europeus que buscavam firmar residência nas cidades do nosso estado, mas, também é preciso destacar que a presença da raiz africana foi, e permanece sendo, fortemente demarcada na sociedade brasileira como um todo.

Contudo, mesmo após alforriados, seu povo e sua cultura têm sido discriminados de todas as formas e em todos os lugares, inclusive na imprensa. A Revista destinada à alta sociedade pelotense à época, ao elevar a cultura europeia e a mulher branca com traços afilados como símbolo de beleza destinado a ocupar os espaços de prestígio social, sem considerar as

⁶ Segundo recenseamento demográfico do Brasil em 1920, a população no Estado do Rio Grande do Sul era de 446.962 habitantes em 1872, ao passo que em 1920 era de 2.182.713. (Ibge, 1920).

mulheres de outras etnias minoritárias em seus fascículos, anulou a existência da mulher negra. Esse fato converge à configuração do racismo, enquanto

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, s.p.).

De modo que, a partir das definições de Almeida (2019), constatamos a discriminação racial em nosso *corpus* pelo fato de haver um “[...] tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (Almeida, 2019, s.p.), o que nos leva à constatação de que o poder da ideologia dominante, que tem sexo, raça e classe definidos – homem, branco e burguês - é quem usa de sua força para decidir o lugar de cada um na sociedade.

Essa desigualdade social demarcada pela segregação racial pode ser explicada por diversas formas, uma delas, a qual acreditamos estar contemplada na imprensa, seria o fato de que “[...] pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social” (Almeida, 2019, s.p.). Melhor dizendo, ao tratar o racismo, temos um processo estrutural, por conseguinte, histórico, ou seja, um processo

[...] que se materializa como discriminação racial – [e] é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2019, s.p.).

Desse modo, ao percorrer todas as páginas da Revista, equivalente às edições dos três primeiros anos de seu lançamento, constatamos que os dois únicos registros do corpo negro encontrados estão representados de forma depreciativa e/ou em posição social de subordinação.

O primeiro registro, conforme a Figura 3, apresentada a seguir, trata da publicação de um desenho que exhibe a figura de uma criança negra, representada de forma semelhante e comparativa ao cão que compõe a imagem, na qual ambos parecem estar na condição de propriedade. Bem como, torna evidente a intenção de inferiorizar a raça negra, subjugando seu intelecto a de um ser considerado inferior e limitado.

Figura 3 – Depreciação do corpo negro na imprensa.



Fonte: Revista Ilustração Pelotense (Ano II, n. 15, p. 20). Acervo do CEIHE.

Nessa vertente, considerando a afirmação de Davis (2016, s.p.) de que “[...] a criança herda a condição de escrava da mãe [...]”, percebemos a intenção de caracterizar a raça negra não como um ser humano racional, mas sim como um animal

que deve subserviência e submissão ao ser humano de cor branca. Pois, atentando à ideologia dominante, “[...] a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade” (Davis, 2016, s.p.). Essa cena busca demonstrar o papel do negro escravizado na sociedade, a de um ser inferior, irracional, que nasceu destinado à subserviência para com a supremacia branca.

O segundo e último registro, trata-se de uma fotografia, conforme Figura 4 a seguir, de uma família da elite pelotense à época, a qual tem o chefe da casa como ponto central, à sua sombra tem a presença da mulher branca, supostamente sua esposa, e ao lado dela está uma mulher negra, ambas seguram crianças brancas no colo.

Figura 4 – Posição social da mulher negra na imprensa.



Fonte: Revista Ilustração Pelotense (Ano I, n. 2, p. 9). Acervo do CEIHE.

A cena da mulher negra, responsável pelo cuidado com o filho da família burguesa, nos remete a dados históricos do município que apontam a exploração dela nas suas diversas formas. Algumas décadas anteriores ao registro dessa imagem, os cuidados com a futura nação branca elitizada, segundo estudo realizado por Rodrigues (2017), abarcavam até mesmo o aleitamento materno, que era subjugado às amas de leite no período escravagista.

A autora menciona que a proximidade física das amas de leite com a família ultrapassava os limites do trabalho, sendo elas escravas ou livres. Afirma, ainda, que além de serem “carinhosas” com as crianças, deveriam ter boa conduta, vestimentas adequadas e, além disso, elas tinham a alimentação e higiene controladas pelos patrões. Outrossim, é ressaltado que essas empregadas negras estreitavam seu vínculo afetivo, como se fossem “pessoas da família” e, por vezes, “[...] as amas de leite tornavam-se as amas secas ou mucamas e acompanhavam as crianças até a fase adulta” (Rodrigues, 2017, p. 190).

Logo, retomamos à imagem examinada e compreendemos a posição da mulher negra, que ao assumir o posto de “pessoa da família”, na condição de trabalhadora na residência da classe burguesa, foi aproveitada pelos patrões de forma abusiva. Percebemos, dessa forma, que a mulher negra, mesmo após alforriada, através de um conveniente acolhimento afetivo, permaneceu, de forma dissimulada, sendo explorada ao máximo nas residências das famílias abastadas da sociedade pelotense à época. Em uma visão mais ampla, a imagem retrata o lugar de submissão e de subserviência da mulher negra na sociedade, ao assumir os postos de trabalho de menor prestígio, no dever de servir à supremacia branca.

Assim, verificamos, através da imprensa, os privilégios de raça e classe que permeiam a sociedade capitalista. Outrossim, compreendemos que a discriminação parte do “[...] pré-conceito [que] nasce do jogo de interesses presente na vida social, da defesa de privilégios, da correlação de forças político-sociais” (Saffioti, 2001, p. 28). Logo, a mulher negra encontra-se em situação de maior vulnerabilidade social, pois sofre todas as formas de discriminação.

Portanto, através de um olhar minucioso, verificamos o racismo velado impresso nas páginas da revista, de modo que, compreendemos que o lugar da mulher negra se manteve, na década de 1920, circunscrita aos locais de menor prestígio, às margens da sociedade, nos espaços públicos e profissionais mais desvalorizados. Logo, sua representatividade não estava abarcada na imprensa feminina voltada à alta sociedade pelotense.

4. Considerações Finais

Ao nos debruçarmos às páginas da revista *Ilustração Pelotense*, considerando a imprensa como um dos meios utilizados pela ideologia dominante à educação informal feminina, buscamos verificar o papel social direcionado à mulher no início do século XX. Assim, verificamos que ao final do século XIX e início do século XX, com a transformação da era industrial, que ensejou a preocupação da classe dominante em expandir as esferas produtivas e reprodutivas de mão de obra, colocou a mulher como a peça central desse processo. Nesse enlace, houve a construção da mulher ideal para atender as necessidades do capitalismo, dadas as circunstâncias que o período exigia. Observamos nosso objeto de análise agindo por meio dos marcadores da segregação de sexo, raça e classe.

Outrossim, verificamos a inferiorização da mulher ao ser tratada como um ser frágil, delicado, configurada como apêndice do homem, cuja missão era dar todo o suporte de que ele e a família necessitavam. Ademais, percebemos a intenção da imprensa em moldar a mulher para manter-se reclusa no lar, atentando aos princípios da boa conduta e moral impostos pela sociedade. Compreendemos que a imprensa, conduzida pelo domínio masculino, buscou manter a mulher sob o ideário de que nasceu para cumprir seu papel de mãe e esposa na sociedade capitalista. Isso inclui o trabalho doméstico não remunerado como o elemento central e, dentro desse universo, o cuidado para com a futura geração de trabalhadores.

Assim, a partir de um olhar minucioso, foi possível verificar a discriminação de classes presente na *Ilustração Pelotense*, uma vez que os enunciados apontavam à subjugação do trabalho doméstico das mulheres da elite às das classes subalternas, além da depreciação dessas mulheres ao serem inferidas como “sujas” e “deselegantes”. Outrossim, observamos a segregação racial fortemente demarcada, assim, percebemos que a mulher negra, mesmo após conquistar a suposta liberdade, se manteve excluída, ocupando os lugares sociais e profissionais mais desvalorizados. Logo, a revista demarcou claramente os privilégios de classe e raça na sociedade capitalista.

Desse modo, percebemos que a imprensa retrata com propriedade a vida em sociedade de sua época e que se configura como peça importante do capitalismo para moldar o papel da mulher na sociedade, a fim de garantir sua perpetuação no poder. Portanto, ratificamos a elucidação de Silva (2017), de que cabe ao crítico materialista, não somente ver o óbvio, mas buscar o caminho que possibilite a transformação da sociedade como um todo, através do conhecimento que supere a teoria, a fim de que possamos, no futuro, ter uma sociedade menos desigual.

Ademais, considerando a necessidade de futuros estudos sobre a temática, sugerimos verificar a representação feminina na imprensa contemporânea, sobretudo em uma abordagem histórico crítica, a fim de analisar as formas de opressão impostas às mulheres, de forma velada, nas mídias de grande massa do século XXI.

Referências

- Albornoz, S. (1994) *O que é Trabalho*. Coleção Primeiros Passos.
- Almeida, J. S. de. (2007). *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. Editora Unesp. Versão e-book, não paginado.
- Almeida, J. S. de. (2007). *Ler as letras: porque educar meninas e mulheres?*. Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores associados.
- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

- Brasil. (1888). Lei 3.353 de 13 de maio de 1888. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e Consciência de classe no Brasil*. Cortez.
- Crescêncio, C. L., & De Mello, S. C. (2013). *O trabalho dignifica o homem, mas e a mulher? O riso na imprensa feminista do Cone Sul*. Artigo. Revista *Ártemis* 15(1), 11. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/16637>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo. Versão e-book, não paginado.
- Engels, F., & Marx, K. (2007). *A Ideologia Alemã*. Civilização Brasileira.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Boitempo.
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Gomide, D., & Jacomeli, M. (2016). *O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais*. Políticas Educativas. <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/69759/39300>
- Hansen, C. R. S. de O. (2012). *Eleticidade no Brasil da Primeira República: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923)*. <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1384.pdf>
- Ibge. (2022). *Recenseamento de 1920*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>
- Kroetz, I. D. (2015). *Literatura e história: perspectivas de interpretação de narrativas e ensaios do jornal das senhoras*. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade de Santa Cruz do Sul. <http://hdl.handle.net/11624/807>
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix. Versão e-book, não paginado.
- Magalhães, M. O. (2005). *História e tradições da cidade de Pelotas*. Armazém Literário.
- Marx, K. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2804654/mod_resource/content/0/Marx%20-%20O%2018%20Brum%C3%A1rio%20de%20Lu%C3%ADs%20Bonaparte%20-%20Boitempo%29.pdf
- Penn, G. (2011). *Análise semiótica de imagens paradas*. In: Bauer, Martin W. e Gaskell, George. *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem, e Som – um Manual Prático*.
- Priore, M. D. (2004). *História das mulheres no Brasil*. Contexto.
- Ribeiro, A. I. M. (2000). *Mulheres educadas na colônia*. In: Lopes, et all (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rodrigues, M. B. (2017). *Amas de leite: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade - relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças*. Tessituras. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/11407/7970>
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Expressão Popular.
- Saffioti, H. I. B. (2001). *O poder do macho*. Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, Patriarcado e Violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Silva, M. S. e. (2017). *O retrato de uma subjetividade feminina em The Portrait of a Lady, de Henry James*. Tese de Doutorado (Educação). Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-07062017-085440/pt-br.php>
- Silveira, D. T., & Gerhardt, T. E. (eds.). (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS. <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Souza, R. G. de, Nóbrega; J. C. da S., Silva Junior, P. A. M e.; Maia, T. F.; Moura, F. dos S.; Gadelha, H. S. & Oliveira, J. D. S. (2021). *Uma análise do papel feminino no programa Bolsa Família*. Research, Society and Development, [S. l.], 10(11), e599101117809. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.17809>